

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA CENSITÁRIO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cinquenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa Sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – ENTREVISTA COM O FÍSICO HOWARD GELLER

O Brasil passou por um período de racionamento de energia em 2001. Isso pode se repetir? O que pode ser feito para evitar um novo racionamento?

O racionamento foi resultado da política de privatização e desregulamentação que não incentivou suficientemente a construção de novas usinas. O governo também não permitiu que o setor público investisse nessa área. Não planejou nem implementou uma política para o setor. O problema principal foi esse e não tinha uma carência de energia ou da capacidade de fornecê-la, embora o volume de chuvas tenha sido pequeno nos anos anteriores.

No futuro, o desafio será adotar uma política energética que estimule o fornecimento de energia, através de eletricidade ou de combustíveis, a um custo acessível para os consumidores e as empresas, protegendo inclusive o meio ambiente. É preciso levar em conta questões econômicas e sociais. No Brasil, há pelo menos 20 milhões de pessoas que vivem em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, sem acesso à eletricidade. Uma boa política expandiria o fornecimento para essa população. (*Ciência Hoje*, maio de 2004 - adaptado)

1

Considerando as duas perguntas formuladas pelo entrevistador, pode-se ver que o entrevistado:

- (A) não respondeu a nenhuma delas;
- (B) respondeu claramente às duas questões;
- (C) respondeu somente à segunda das perguntas;
- (D) respondeu somente à primeira das perguntas;
- (E) respondeu integralmente à primeira das perguntas e parcialmente à segunda.

2

“O racionamento foi resultado da política de privatização e desregulamentação que não incentivou suficientemente a construção de novas usinas”.

O início da resposta do entrevistado corresponde a uma pergunta que não foi formulada diretamente; essa pergunta, se formulada, seria:

- (A) O que é racionamento de energia?
- (B) A política interferiu com o racionamento de energia ocorrido?
- (C) A privatização é uma boa política do Estado?
- (D) A solução para a crise é a construção de novas usinas?
- (E) Como se pode chegar à regulamentação do setor energético?

3

“O que pode ser feito para evitar um novo racionamento?”

A oração “para evitar um novo racionamento” pode ser desenvolvida em forma de uma nova oração do seguinte modo:

- (A) Para evitar-se um novo racionamento?
- (B) Para que se evitasse um novo racionamento?
- (C) Para que um novo racionamento fosse evitado?
- (D) Para que se evite um novo racionamento?
- (E) Para ser evitado um novo racionamento?

4

No texto 1 há um conjunto de termos precedidos da preposição DE; o termo abaixo em que essa preposição tem emprego não exigido por um termo anterior é:

- (A) “racionamento de energia”;
- (B) “construção de novas usinas”;
- (C) “capacidade de fornecê-la”;
- (D) “volume de chuvas”;
- (E) “fornecimento de energia”.

5

“O governo também não permitiu que o setor público investisse nessa área”.

O segundo período da resposta do entrevistado desempenha o seguinte papel textual:

- (A) contraria o que é anteriormente dito;
- (B) retifica um erro cometido pelo entrevistado;
- (C) indica uma outra possibilidade de se verem os fatos;
- (D) confirma o que é informado antes;
- (E) acrescenta mais um argumento à opinião expressa antes.

6

“Não planejou nem implementou uma política para o setor”.

Sobre as duas ações citadas nesse segmento do texto 1, pode-se corretamente afirmar que:

- (A) a primeira ação depende da segunda;
- (B) a segunda ação depende da primeira;
- (C) as duas ações são independentes;
- (D) as ações são interdependentes;
- (E) a primeira ação implica obrigatoriamente a segunda.

7

No primeiro parágrafo do texto 1 há um conjunto de termos que recuperam elementos anteriores, o que dá coesão ao texto.

O termo cujo antecedente é uma oração é:

- (A) “...que não incentivou...”;
- (B) “...o setor público investisse nessa área”;
- (C) “...nem implementou uma política para o setor”;
- (D) “O problema principal foi esse...”;
- (E) “...ou da capacidade de fornecê-la”.

8

“...embora o volume de chuvas tenha sido pequeno nos anos anteriores”.

Esse segmento do texto 1 mostra o seguinte valor:

- (A) reduz a intensidade da crítica feita ao governo da época;
- (B) compara a situação citada com a de anos anteriores;
- (C) elogia a atuação estatal no setor energético;
- (D) atribui o racionamento a problemas naturais;
- (E) aumenta as críticas ao desempenho governamental.

9

“No futuro, o desafio será adotar uma política energética que estimule o fornecimento de energia, através de eletricidade ou de combustíveis, a um custo acessível para os consumidores e as empresas, protegendo inclusive o meio ambiente”.

Deduz-se desse segmento opinativo do entrevistado que:

- (A) a energia fornecida não deve obrigatoriamente gerar lucro para as empresas;
- (B) a sugestão do entrevistado é de fácil execução e só depende de vontade política;
- (C) a energia pode ser produzida, de forma acessível, por várias fontes;
- (D) a energia elétrica é de menor custo de produção que a de combustíveis;
- (E) a energia elétrica é a única que protege o meio ambiente.

10

“É preciso levar em conta questões econômicas e sociais”; se juntássemos os adjetivos sublinhados em forma de adjetivo composto, a forma correta, no contexto, seria:

- (A) econômicas-sociais;
- (B) econômico-social;
- (C) econômica-social;
- (D) econômico-sociais;
- (E) econômicas-social.

Conhecimentos Específicos

11

Um dos objetivos da Contabilidade é o controle do patrimônio das entidades, sejam de caráter público ou privado.

Para reconhecimento como elemento patrimonial das entidades do setor público, a 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público recomenda que:

- (A) considerem-se apenas os bens tangíveis;
- (B) excluam-se os bens onerados;
- (C) excluam-se os bens de uso comum;
- (D) prevaleça a essência econômica sobre a forma legal;
- (E) reconheça apenas os bens com fluxo de benefícios presente.

12

No início do mês de dezembro de 20x5 uma entidade pública adquiriu dois equipamentos eletrônicos para uso nas atividades da entidade, no valor de \$ 9.500,00 cada, sendo um para uso imediato e outro para reserva em caso de defeito do primeiro. A vida útil estimada desses equipamentos é de 3 anos. O contrato de compra previa que o pagamento do fornecedor se daria em duas parcelas, uma até 31/12/20x5 e a outra até 31/01/20x6.

Para fins de reconhecimento desse item no ativo, conforme as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), devem-se registrar:

- (A) \$ 9.500,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no ativo não circulante e os mesmos valores no passivo circulante e não circulante, respectivamente;
- (B) \$ 9.500,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo não circulante;
- (C) \$ 19.000,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo circulante;
- (D) \$ 19.000,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no passivo circulante e \$ 9.500,00 no passivo não circulante;
- (E) \$ 19.000,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo não circulante.

13

Considere as informações apresentadas no Quadro I a seguir, extraídas dos registros contábeis diários de uma entidade do setor público:

Quadro I

Fato	Valor contábil
Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	6.100,00
Depreciação de imóveis	2.900,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	1.600,00

A partir das informações do Quadro I e das disposições do MCASP quanto ao registro de transações no setor público, as transações que NÃO tiveram efeito no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- (A) 53.300,00;
- (B) 57.200,00;
- (C) 63.300,00;
- (D) 69.400,00;
- (E) 72.000,00.

14

A partir das informações do Quadro I, a confrontação entre as transações que geram variação aumentativa e diminutiva no patrimônio líquido da entidade permite apurar um resultado de:

- (A) -4.700,00;
- (B) -800,00;
- (C) 2.100,00;
- (D) 5.300,00;
- (E) 7.900,00.

15

Ao realizar a aquisição de itens para recomposição dos seus estoques, uma entidade do setor público incorreu nos seguintes gastos:

Quadro II

Detalhamento	Valor
Valor de aquisição	162.000,00
Impostos sobre compras (recuperáveis)	19.440,00
Impostos sobre compras (não recuperáveis)	9.720,00
Frete sobre compras	2.350,00
Custo de armazenagem	1.500,00
Juros sobre valor financiado da compra	3.240,00
Abatimento recebido pelo volume de compras	3.000,00

De acordo as informações do Quadro II e as orientações do MCASP para mensuração de ativos e, o valor a ser registrado por essa aquisição de estoques representa:

- (A) 171.070,00;
- (B) 172.570,00;
- (C) 174.310,00;
- (D) 177.070,00;
- (E) 178.810,00.

16

Um equipamento foi adquirido em 01/07/2013 e logo em seguida entrou em operação. O valor de aquisição do ativo foi \$ 280.000,00. O seu valor residual foi estimado em 5% e a vida útil do bem é de 10 anos. Em julho de 2016 foi realizada uma manutenção periódica no equipamento, que incorreu em gastos de \$ 2.500,00.

Considerando as disposições do MCASP para mensuração de ativos, em 31/12/2016, o valor contábil líquido desse equipamento é:

- (A) 172.075,00;
- (B) 172.900,00;
- (C) 182.000,00;
- (D) 186.075,00;
- (E) 186.900,00.

17

Após a ocorrência de um incêndio que danificou arquivos físicos e eletrônicos em uma entidade pública, algumas informações precisaram ser obtidas de forma indireta. O gestor da entidade solicitou informações sobre o saldo de restos a pagar ao final do exercício, e a equipe de contabilidade só dispunha do balanço orçamentário publicado para obter essa informação.

No Balanço Orçamentário, essa informação é obtida pela diferença entre:

- (A) dotação inicial e dotação atualizada;
- (B) dotação inicial e despesas empenhadas;
- (C) despesas empenhadas e despesas liquidadas;
- (D) despesas empenhadas e despesas pagas;
- (E) despesas liquidadas e despesas pagas.

18

Considere as informações do Quadro III a seguir, que consistem em saldos extraídos das demonstrações contábeis de uma entidade pública em um dado exercício.

Quadro III

Descrição	Saldo
Desincorporação de Ativo	1.100,00
Intangível	1.950,00
Desincorporação de Passivo	4.250,00
Incorporação de Passivo	7.450,00
Investimentos	9.000,00
Passivo Circulante	12.100,00
Passivo Não Circulante	13.600,00
Incorporação de Ativo	15.400,00
Receitas de Capital realizadas	17.400,00
Despesas de Capital executadas	30.100,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.900,00
Ativo Circulante	73.400,00
Pagamentos Extraorçamentários	107.000,00
Imobilizado	113.480,00
Patrimônio Líquido	125.600,00
Recebimentos Extraorçamentários	224.800,00
Despesas Correntes executadas	231.150,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.900,00
Receitas Correntes realizadas	292.200,00
Variações Patrimoniais Aumentativas	293.500,00

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando a estrutura do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, é correto afirmar que:

- (A) o ativo imobilizado foi alterado no período somente pela depreciação;
- (B) o endividamento do ente representa menos de 10% do ativo;
- (C) o endividamento de longo prazo supera o endividamento corrente;
- (D) o patrimônio líquido apresentou variação negativa;
- (E) o resultado patrimonial apurado na DVP coincide com o resultado da execução orçamentária.

19

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando os conceitos relativos à elaboração do Balanço Orçamentário, o resultado da execução orçamentária no exercício é:

- (A) 40.600,00;
- (B) 48.350,00;
- (C) 117.800,00;
- (D) 166.150,00;
- (E) 206.750,00.

20

Entre as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964 para as entidades do setor público está o Balanço Financeiro (BF). Considerando as disposições do MCASP sobre essa demonstração, é correto afirmar que:

- (A) o BF é composto por dois quadros que evidenciam a movimentação financeira orçamentária e extraorçamentária da entidade em um exercício;
- (B) se o resultado financeiro do exercício apurado no BF for superávit, constitui fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais;
- (C) o resultado financeiro do exercício apurado no BF coincide com o apurado no Balanço Patrimonial;
- (D) no BF uma variação positiva na disponibilidade do período não indica, necessariamente, bom desempenho da gestão financeira;
- (E) a elaboração do BF é facultativa se a entidade elaborar a demonstração dos fluxos de caixa.

21

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como objetivo proporcionar a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Na DFC, os fluxos de caixa são classificados em atividades, conforme a sua natureza.

De acordo com o modelo de DFC do MCASP, trata-se de exemplo de fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- (A) alienação de bens;
- (B) juros e encargos da dívida;
- (C) transferências correntes recebidas;
- (D) amortização de empréstimos e financiamentos concedidos;
- (E) integralização do capital social de empresas dependentes.

22

Certa entidade adquiriu um equipamento para ser utilizado no serviço de diagnóstico por imagem em 01/06/2013 e o equipamento começou a ser utilizado no mês de julho daquele ano. O equipamento só realiza um número limitado de procedimentos, por isso foi definido que sua depreciação seria pelo método das unidades produzidas. O custo de aquisição do equipamento foi de \$ 490.000,00. O valor residual foi estimado em \$ 10.000,00. O equipamento foi concebido para produzir um número máximo de 30.000 unidades. A entidade pretende usar o equipamento por seis anos.

Nos primeiros anos, as quantidades de procedimentos realizados foram as seguintes:

2013: 2.100 unidades
2014: 4.500 unidades
2015: 4.800 unidades

Ao final do exercício de 2015, o valor da depreciação acumulada no equipamento era:

- (A) 182.400,00;
- (B) 186.200,00;
- (C) 200.000,00;
- (D) 204.166,67;
- (E) 216.000,00.

23

Se o método de depreciação utilizado fosse o das cotas constantes, o valor contábil líquido do equipamento após dois anos de uso seria:

- (A) 330.000,00;
- (B) 326.666,67;
- (C) 320.000,00;
- (D) 316.666,67;
- (E) 303.800,00.

24

Uma entidade da administração pública adquiriu um bem que estava em utilização por outra entidade. Como se trata de um ativo imobilizado, a entidade da administração pública precisa definir a vida útil do bem para registrar a sua depreciação.

Acerca das possibilidades de definição da vida útil de bens usados prevista no MCASP, considere os itens a seguir:

- I. tempo restante da vida útil do bem, levando em consideração a primeira instalação desse bem;
- II. tempo definido em avaliação técnica que estime o prazo de vida útil pelo qual o bem ainda poderá gerar benefícios para o ente;
- III. metade do tempo de vida útil para bens da mesma classe;
- IV. vida útil estimada após a realização do teste de redução ao valor recuperável.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II, e III;
- (E) I, II e IV.

25

Uma entidade pública realizou uma transação em moeda estrangeira em 30/11/2016, no montante de US\$ 1.200,00, data em que a taxa de câmbio era de R\$ 3,50, que gerou registro de contas a receber. Em 31/12/2016, a taxa de câmbio foi de R\$ 3,30. O pagamento foi feito em 30/01/2017, a uma taxa de câmbio de R\$ 3,25.

De acordo com as orientações do MCASP para mensuração de ativos, nas demonstrações contábeis do exercício de 2016, essa transação será evidenciada pelo valor de:

- (A) R\$ 3.900,00;
- (B) R\$ 3.960,00;
- (C) R\$ 3.990,00;
- (D) R\$ 4.020,00;
- (E) R\$ 4.200,00.

26

Um dos procedimentos apresentados no MCASP com o objetivo de evidenciar melhor a capacidade de geração de benefícios de um ativo é o teste de redução ao valor recuperável.

Entre as regras aplicáveis à realização desse teste, é correto afirmar que sua aplicação:

- (A) é restrita aos ativos geradores de caixa;
- (B) é restrita, no caso dos intangíveis, aos ativos com vida útil definida;
- (C) é realizada a partir do menor valor recuperável do ativo;
- (D) engloba ativos tangíveis e intangíveis;
- (E) segue a mesma lógica da apuração da depreciação.

27

Uma entidade pública adquiriu um equipamento em 01/07/2014, que foi classificado no subgrupo Ativo Imobilizado. O valor de aquisição do ativo foi R\$ 120.000,00 e a sua vida útil estimada foi de 10 anos. Ao final do exercício de 2016, surgiu uma regulação ambiental que restringiu o uso do equipamento por no máximo 8 anos, a partir do início da utilização. Em decorrência disso, a entidade estimou o valor em uso do ativo em R\$ 83.000,00. Além disso, por meio de pesquisa de equipamentos usados, foi levantado um valor líquido para a venda do ativo de R\$ 75.000,00.

A partir dos dados fornecidos e das orientações do MCASP para realização de teste de redução ao valor recuperável, é correto afirmar que:

- (A) a entidade deve reavaliar o equipamento para refletir a sua capacidade de gerar benefícios econômicos;
- (B) a entidade deve reconhecer uma variação patrimonial diminutiva no valor de R\$ 7.000,00;
- (C) a entidade deve reconhecer uma perda de R\$ 15.000,00 por redução ao valor recuperável;
- (D) o valor recuperável do ativo ao final do exercício de 2016 é de R\$ 79.000,00;
- (E) não há reconhecimento de perda, pois o valor contábil supera o valor recuperável.

28

Ao final do exercício financeiro de 2016, uma entidade possuía os seguintes investimentos permanentes:

- I. Propriedades para investimento;
- II. Investimentos em empresas coligadas;
- III. Investimentos em empresas controladas;
- IV. Participação em consórcio público com influência significativa;
- V. Participação em consórcio público sem influência significativa.

De acordo com as disposições do MCASP para mensuração de investimentos permanentes, devem ser avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial somente:

- (A) I, II e III;
- (B) II e III;
- (C) II, III e IV;
- (D) III e IV;
- (E) III, IV e V.

29

Uma condição necessária para o reconhecimento de uma receita pública para fins de controle patrimonial, sob o regime de competência, é:

- (A) a arrecadação da receita nos cofres públicos;
- (B) a previsão da receita no orçamento;
- (C) a ocorrência do fato gerador;
- (D) o lançamento contábil da receita;
- (E) o registro de uma variação patrimonial aumentativa.

30

A realização da receita orçamentária é processada em etapas que refletem o cumprimento de formalidades que contribuem para o controle do ingresso de recursos nos cofres públicos.

A etapa da realização da receita em que se determina a matéria tributável, seguida do cálculo do montante do tributo devido e da identificação do sujeito passivo é o(a):

- (A) previsão;
- (B) empenho;
- (C) liquidação;
- (D) lançamento;
- (E) arrecadação.

31

A classificação da receita orçamentária é normatizada e utilizada por todos os entes da Federação com vistas a identificar a origem do recurso.

A classificação da natureza da receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas e é identificada pelo seguinte detalhamento:

C	Categoria Econômica
O	Origem
E	Espécie
R	Rubrica
AA	Alínea
SS	Subalínea

Assim, quando se diz que uma entidade arrecada Impostos sobre a Produção e a Circulação, o nível de detalhamento é:

- (A) alínea;
- (B) rubrica;
- (C) espécie;
- (D) origem;
- (E) categoria econômica.

32

As transferências intergovernamentais compreendem a entrega de recursos de um ente transferidor a outro denominado receptor. O adequado registro dessas transferências evita a dupla contagem e favorece o controle dos recursos públicos.

A partir das disposições do MCASP para o registro de transferências intergovernamentais, é correto afirmar que:

- (A) as transferências voluntárias devem ser registradas como receitas de capital pelo ente receptor;
- (B) as transferências voluntárias devem ser contabilizadas pelo ente transferidor sempre como dedução de receita;
- (C) as transferências obrigatórias devem ser contabilizadas pelo ente transferidor sempre como despesa;
- (D) nas transferências voluntárias ocorridas no âmbito do orçamento do ente transferidor, a obrigação é reconhecida no momento da arrecadação;
- (E) nas transferências obrigatórias, o ente receptor deve registrar um direito a receber no momento da arrecadação pelo ente transferidor.

33

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Um dos elementos associados ao reconhecimento de uma despesa pela ocorrência do fato gerador é:

- (A) a emissão da nota de empenho;
- (B) a obtenção da fonte de recurso para a despesa;
- (C) a homologação do resultado do processo licitatório;
- (D) o ato de autorização pelo ordenador de despesa;
- (E) o registro de uma variação patrimonial diminutiva.

34

Ao contrário do que ocorre no setor privado, no setor público o reconhecimento de receitas e despesas usualmente pode decorrer de transações sem contraprestação.

Considerando as disposições do MCASP para identificação e reconhecimento de transações sem contraprestação, é correto afirmar que:

- (A) ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação deverão ser inicialmente mensurados pelo custo;
- (B) ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação não estão sujeitos a ajustes de perdas de créditos;
- (C) a obtenção de controle de recursos é um requisito necessário para registrar ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação;
- (D) impostos não satisfazem a definição de transação sem contraprestação, uma vez que o ente público presta uma série de serviços públicos;
- (E) variações no valor justo de ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

35

Uma entidade do setor público foi acionada judicialmente em decorrência de divergências na cobrança de créditos tributários. Após análise das informações processuais e de casos semelhantes, a assessoria jurídica da entidade avaliou como provável o pagamento de restituição no valor de R\$ 180.000,00, mas sem prazo para julgamento final do processo.

Considerando a situação apresentada e as disposições do MCASP para o tratamento de passivos e provisões, a entidade:

- (A) deve divulgar a possibilidade da perda em notas explicativas;
- (B) deve realizar um depósito judicial de pelo menos 50% do valor estimado da perda;
- (C) deve reconhecer uma provisão no valor estimado pela assessoria jurídica;
- (D) não deve reconhecer provisão, em decorrência da incerteza quanto ao prazo de julgamento do processo;
- (E) não deve fazer evidenciação da situação antes do julgamento final do caso.

36

Um dos objetivos da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é padronizar os registros contábeis das entidades do setor público a fim de permitir a consolidação nacional das contas públicas.

No PCASP as contas são agrupadas em classes, de acordo com a natureza da informação.

Uma das classes relacionadas com a natureza de informação orçamentária é:

- (A) atos potenciais;
- (B) apuração de custos;
- (C) controles devedores;
- (D) variações patrimoniais diminutivas;
- (E) controles da execução do planejamento e orçamento.

37

Entre as disposições mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal para o controle das finanças públicas, está a definição de limites para despesa com pessoal por poder e órgão.

Considerando os limites estabelecidos para entes municipais, para uma receita corrente líquida de R\$ 720 milhões, o limite prudencial para a despesa com pessoal no âmbito do poder legislativo é:

- (A) 17.100.000,00;
- (B) 18.000.000,00;
- (C) 38.880.000,00;
- (D) 41.040.000,00;
- (E) 43.200.000,00.

38

No processo de implantação de controle interno em uma entidade, alguns princípios precisam ser levados em consideração para que o controle possa atingir os seus objetivos.

A delimitação de funções do pessoal envolvido nas atividades controladas para evitar comprometimento da eficiência do controle está relacionada ao princípio do(a):

- (A) ciclo de uma transação;
- (B) fixação de responsabilidades;
- (C) oposição de interesse;
- (D) rodízio de pessoal;
- (E) seleção criteriosa de pessoal de controle.

39

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos para a realização das despesas do consórcio público.

Considere os seguintes recursos:

- I. tarifas e outros preços públicos;
- II. recursos oriundos de operações de crédito;
- III. bens móveis ou imóveis recebidos em doação;
- IV. recursos financeiros transferidos pelos entes consorciados;
- V. subvenções econômicas de órgãos do governo não consorciados.

De acordo com as disposições do MCASP, constituem recursos dos consórcios públicos somente:

- (A) I, II e III;
- (B) I, IV e V;
- (C) I, III, IV e V;
- (D) II, III e V;
- (E) III, IV e V.

40

A concessão de suprimento de fundos é feita a servidor para o pagamento de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de execução.

Entre as condições a seguir, a única que permite o recebimento de suprimento de fundos é:

- (A) servidor declarado em alcance;
- (B) servidor ocupante de cargo em comissão;
- (C) servidor responsável por dois suprimentos;
- (D) servidor responsável pela guarda ou utilização do material a adquirir;
- (E) servidor responsável por suprimento que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação.

Raciócinio Lógico Quantitativo

41

Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são vermelhas, então o jardim é bonito”.

É correto concluir que:

- (A) se todas as flores não são vermelhas, então o jardim não é bonito;
- (B) se uma flor é amarela, então o jardim não é bonito;
- (C) se o jardim é bonito, então todas as flores são vermelhas;
- (D) se o jardim não é bonito, então todas as flores não são vermelhas;
- (E) se o jardim não é bonito, então pelo menos uma flor não é vermelha.

42

Em um jogo há fichas brancas e pretas sendo algumas redondas, outras quadradas e outras triangulares. Não há fichas de outras cores ou de outros formatos.

Considere como verdadeira a afirmação:

“Qualquer ficha branca não é quadrada.”

É correto concluir que:

- (A) toda ficha preta é quadrada;
- (B) toda ficha quadrada é preta;
- (C) uma ficha que não é redonda é certamente branca;
- (D) uma ficha que não é quadrada é certamente preta;
- (E) algumas fichas triangulares são pretas.

43

Entre os cinco números 2, 3, 4, 5 e 6, dois deles são escolhidos ao acaso e o produto deles dois é calculado.

A probabilidade desse produto ser um número par é:

- (A) 60%;
- (B) 75%;
- (C) 80%;
- (D) 85%;
- (E) 90%.

44

Em certo município foi feita uma pesquisa para determinar, em cada residência, quantas crianças havia até 10 anos de idade.

O resultado está na tabela a seguir:

Número de crianças	Quantidade de residências
0	25
1	44
2	56
3	20
4	12
mais de 4	3

Em relação ao total de residências pesquisadas, as que possuem somente uma ou duas crianças representam:

- (A) 55,0%;
- (B) 57,5%;
- (C) 60,0%;
- (D) 62,5%;
- (E) 64,0%.

45

O número de balas de menta que Júlia tinha era o dobro do número de balas de morango. Após dar 5 balas de cada um desses dois sabores para sua irmã, agora o número de balas de menta que Júlia tem é o triplo do número de balas de morango.

O número total de balas que Júlia tinha inicialmente era:

- (A) 42;
- (B) 36;
- (C) 30;
- (D) 27;
- (E) 24.

46

Marcelo foi chamado para uma reunião com seu chefe. Nessa reunião ocorreu o seguinte diálogo:

- Chefe: Pedro disse que todos os relatórios que ele recebeu foram avaliados.

- Marcelo: Não é verdade o que Pedro disse.

Se o chefe considerou que Marcelo falou a verdade, ele pode concluir logicamente que, dos relatórios recebidos por Pedro:

- (A) pelo menos um relatório não foi avaliado;
- (B) um único relatório não foi avaliado;
- (C) nenhum relatório foi avaliado;
- (D) mais da metade dos relatórios não foram avaliados;
- (E) somente um relatório foi avaliado.

47

Em um encontro de 12 pessoas, 8 delas se conhecem mutuamente e cada uma das outras 4 não conhece nenhuma das pessoas presentes ao encontro. Pessoas que se conhecem mutuamente se cumprimentam com um abraço e pessoas que não se conhecem se cumprimentam com um aperto de mão. Todas as pessoas presentes ao encontro se cumprimentam entre si.

O número de apertos de mão dados é:

- (A) 32;
- (B) 36;
- (C) 38;
- (D) 42;
- (E) 44.

48

Considere verdadeira a afirmação:

Todo computador bom é caro e todo computador grande é bom.

É correto concluir que:

- (A) se um computador é caro, então é bom;
- (B) se um computador é bom, então é grande;
- (C) se um computador não é bom, então não é caro;
- (D) se um computador é caro, então é grande;
- (E) se um computador é grande, então é caro.

49

A probabilidade de um determinado aluno acertar cada uma das duas últimas questões de uma determinada prova é 70%.

Acertar ou errar cada uma das questões são eventos independentes.

A probabilidade desse aluno errar as duas referidas questões:

- (A) é menor que 10%;
- (B) está entre 10% e 20%;
- (C) está entre 20% e 30%;
- (D) está entre 30% e 50%;
- (E) é maior que 50%.

50

Quatro pessoas, Ana, Bia, Celia e Dulce devem se sentar em quatro das seis poltronas representadas na figura abaixo.



Sabendo que Ana e Bia devem se sentar uma ao lado da outra, o número de maneiras diferentes que elas quatro podem se sentar nessas poltronas é:

- (A) 30;
- (B) 60;
- (C) 80;
- (D) 120;
- (E) 240.

Realização

